



República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA N.º 1

Relatório
de Avaliação Externa do Curso de
Enfermagem do Instituto Superior
Técnico Militar
Luanda, 3 – 5 de Outubro de 2023





República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]



República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA N.º 1

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO CURSO DE ENFERMAGEM DO
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO MILITAR

VERSÃO FINAL

COMPOSIÇÃO DA CAE

1. Lopes Ferreira Baptista – Coordenador
2. Elsa Maria Salvador – Especialista Internacional
3. Cristóvão de Carvalho e Ferreira Simões – Especialista Nacional
4. Tavares Lopes Madede – Membro Socializado
5. Alcina Carneiro – Gestor de Procedimentos

LUANDA, 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Índice

1.	Enquadramento/Contextualização/Introdução	5
2.	Metodologia Utilizada.....	7
3.	Avaliação da Definição de Missão e dos Objectivos Gerais e Operacionais	8
4.	Avaliação dos Resultados da Auto-Avaliação/Análise SWOT	9
4.1.	Indicador 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	9
4.2.	Indicador 2 – Gestão	10
4.3.	Indicador 3 – Currículos	10
4.4.	Indicador 4 – Corpo Docente.....	11
4.5.	Indicador 5 – Corpo Discente	12
4.6.	Indicador 6 – Corpo Técnico e Administrativo	12
4.7.	Indicador 7 – Investigação.....	13
4.8.	Indicador 8 – Extensão.....	13
4.9.	Indicador 9 – Intercâmbio	14
4.10.	Indicador 10 – Infra-Estruturas.....	14
4.11.	Indicador 11 – Cumprimento da Legislação em Vigor.....	15
5.	Avaliação da Análise Global (Ameaças e Oportunidades).....	15
5.1.	Ameaças	15
5.2.	Oportunidades.....	16
6.	Avaliação de Planos de Melhorias	17
7.	Conclusões e Recomendações	18
7.1.	Conclusões.....	18
7.2.	Recomendações	18
7.2.1.	No domínio da Governança e Gestão.....	19
7.2.2.	No domínio dos Recursos Humanos	19
7.2.3.	No domínio das TIC.....	20
7.2.4.	No domínio estrito de Ensino/Aprendizagem	21
7.2.5.	No domínio da Investigação e Desenvolvimento	22
7.2.6.	Relações com o Exterior e Internacionalização (Regionalização)	22
7.2.7.	No domínio das infraestruturas.....	23

1. Enquadramento/Contextualização/Introdução

O Instituto Superior Técnico Militar (ISTM) é um estabelecimento de ensino universitário militar, enquadrado no subsistema de ensino Militar do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (EMGFAA), fundado a 15 de Maio de 2008 sob o Despacho Nº 079 CEMG/FAA de 07 de Novembro de 2007. O ISTM iniciou as suas funções aquando da sua fundação, aos 15 de Maio de 2008, no entanto, o estabelecimento foi integrado ao Subsistema do Ensino Superior da República de Angola em 2015, ao abrigo do Decreto Executivo 369/15 de 27 de Maio do Ministério do Ensino Superior (MES). O curso de Enfermagem, objecto da presente avaliação, teve o seu início em 2017, após a aprovação do plano curricular e o seu reconhecimento pelo MES através do Decreto Executivo Nº269/17 de 27 de Abril. O ISTM tem como Missão: formar e habilitar recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (Medicina e Enfermagem), e de Engenharia (Construção e Fortificações, Informática, Eletrotécnica e Mecânica), nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na sociedade angolana em geral. Quanto à Visão: o ISTM pretende tornar-se numa instituição do ensino superior (IES) de Referência Nacional e de Reconhecimento Internacional.

No que concerne a sua estrutura funcional, o ISTM é dirigido por um Director Geral, coadjuvado por dois Directores Adjuntos, chefes de Departamentos Académicos e um corpo de docentes e pessoal técnico administrativo (PTA).

A avaliação externa do curso de Enfermagem do ISTM, realizada de 03 a 05 de Outubro, decorreu em cumprimento dos objectivos do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ensino Superior (SNGQES), estabelecido por Decreto Presidencial nº203/18 de 30 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior. Este decreto é materializado pelo Decreto Executivo 109/20 de 10 de Março, que aprova o Regulamento que estabelece o processo de

avaliação externa e acreditação das instituições de ensino superior e respectivos cursos. Nesse contexto, o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) implementou o Plano Operacional de Avaliação dos Cursos Medicina e Ciências da Saúde, com abrangência nacional. Tal como definido, o processo de avaliação da qualidade do ensino superior, obedece à duas fases principais: a auto-avaliação e a avaliação externa, sendo esta última a validação dos resultados da primeira, onde um grupo de especialistas seleccionados pelo INAAREES analisa as principais forças e fraquezas do curso avaliado, valida o relatório de Auto-avaliação (RAA) e ajuíza sobre a adequação do plano de melhorias proposto. A avaliação externa de cursos e/ou programas tem como objectivos:

1. Melhorar a caracterização do contexto em que opera o curso e/ou programa avaliado;
2. Alargar o conhecimento sobre a estrutura organizacional e os processos de decisão inerentes à cada uma das áreas transversais e nucleares;
3. Ajuizar sobre os mecanismos internos de acompanhamento e avaliação de desempenho da capacidade do curso para aprender e melhorar com base na identificação e na reflexão sobre as suas fraquezas e como tirar proveito das suas forças;
4. Validar o exercício da auto-avaliação.

No caso em questão, a Comissão de Avaliação Externa (CAE) n.º 1, criada para o devido efeito, elaborou o Relatório de Avaliação Externa (RAE), com base no RAA produzido pela instituição durante o processo de auto-avaliação realizado em Julho de 2023. Este relatório reporta os resultados do processo de avaliação externa realizado ao curso de Enfermagem do ISTM, adstrito ao Departamento de Biotecnologias e Ciências da Saúde. Este curso vem dar sustentação ao cumprimento da missão do ISTM, no que concerne à formação e habilitação de recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (Medicina e Enfermagem) para as

forças armadas e para o país em geral. O curso de Enfermagem do ISTM, cujo objectivo principal é o de formar e habilitar enfermeiros capazes de responder à demanda das necessidades de saúde das FAA e da sociedade angolana, é oferecido em 8 semestres, com um total de 5330 horas, das quais 2850 são dedicadas à conteúdos teóricos, 340 aos teórico-práticos e as restantes 2140 às práticas, incluindo estágios.

2. Metodologia Utilizada

A presente avaliação externa foi conduzida em 4 fases, nomeadamente: (i) recepção e análise do relatório de auto-avaliação (RAA); (ii) realização de encontros e entrevistas; (iii) visita às instalações da Unidade Orgânica (UO); e, (iv) verificação das evidências.

(i) Recepção e análise do RAA

Uma Comissão de Auto-Avaliação (CAA) composta por membros designados do ISTM, realizou a auto-avaliação (AA) do curso de Enfermagem em Julho de 2023, como o primeiro passo antecedendo esta avaliação externa. O respectivo RAA e outros documentos complementares foram partilhados com esta CAE, que após a sua recepção realizou uma série de encontros preparatórios, para analisar o RAA, com vista a perceber e emitir um juízo de valor em relação à sua estrutura e conteúdo, assim como validar os procedimentos e os instrumentos utilizados no processo de AA.

(ii) Realização de encontros e entrevistas

A segunda fase desta avaliação consistiu na realização de uma série de encontros e entrevistas com a Direcção máxima do ISTM, a CAA, os chefes de DEI's, repartição, regentes, coordenadores de cursos, graduados, estudantes, docentes e o PTA. O objectivo dos encontros era de registar as suas perspectivas e contributos em relação ao processo de AA, o funcionamento do curso e articulação do curso com outras acções relevantes para o ensino.

(iii) Visita às Instalações da UO

Foi estabelecido um roteiro que levou a percorrer todas as instalações do ISTM em que decorre o curso de Enfermagem e servem outros propósitos afins, com o intuito de constatar as condições instaladas e de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, assim como de gestão do curso.

(iv) **Recolha e verificação das evidências**

A verificação das evidências documentais foi feita como base no mapa de indicadores composto por onze indicadores com diversos padrões e critérios de verificação, constante do manual de avaliação externa, como forma de validar ou não o RAA do ISTM.

3. Avaliação da Definição de Missão e dos Objectivos Gerais e Operacionais

Analisadas as evidências, constatou-se que a missão do ISTM é relevante, claramente expressa e divulgada na página web do ISTM, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no gabinete do coordenador do curso. A missão está relacionada com as estratégias de desenvolvimento institucional e do sector socioeconómico do País. Em particular, para formar e habilitar recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (medicina e enfermagem) e engenharia (construção e fortificações; informática, electrotecnia e mecânica) nas FAA e na sociedade angolana no geral. Foi possível constatar, nas entrevistas com os principais intervenientes (estudantes, docentes e PTA), que existe pouco conhecimento sobre a missão, havendo, por isso, a necessidade de mais divulgação e debate na comunidade do ISTM. Outra constatação referente à missão foi o facto desta não estar expressa no plano curricular do curso de Licenciatura em Enfermagem, que nos foi apresentado na primeira versão, o que pressupõe que ainda não foi revisto.

O objectivo institucional é formar oficiais Profissionais de Enfermagem das FAA para o desempenho das funções nas unidades, estabelecimentos e órgãos das FAA e da sociedade Angolana com diversas habilidades. Como se pode depreender, este objetivo está claramente definido, relevante e se articula com a missão bem como com o objetivo do curso de Licenciatura em Enfermagem do ISTM, que é o de formar profissionais de enfermagem de nível superior com competências nas áreas assistencial, gestão, formação, investigação, saúde pública e militar dentro dos padrões de ensino universais exigidos, capazes de dar respostas aos problemas de saúde das populações.

4. Avaliação dos Resultados da Auto-Avaliação/Análise SWOT

Conforme referido no capítulo sobre a metodologia utilizada pela CAE, a análise SWOT patente no relatório de Auto-Avaliação (AA) não se baseou na avaliação minuciosa de cada indicador do manual de AA, uma vez que a matriz não foi preenchida ao longo desse processo. Este facto terá limitado o âmbito da análise, não permitindo que aspectos de detalhe fossem considerados no momento da análise. Desta forma, indicamos que a presente avaliação é fruto de um exercício efectuado pela CAE, no intuito de instruir a CAA para exercícios futuros, de recolha e compilação das evidências necessárias para informar os critérios de verificação e os respectivos padrões dos indicadores propostos.

4.1. Indicador 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A instituição dispõe de um PDI, o qual contém uma missão clara e delimita de forma detalhada a finalidade e o âmbito dos diferentes cursos ministrados. De igual modo, existem objectivos claros, discriminados por tipo de curso e que estão alinhados com os objectivos gerais da IES.

No entanto, a missão é comum aos diferentes departamentos, julgado pelo facto dos departamentos em que se oferecem os programas curriculares dos diferentes cursos ministrados no ISTM não apresentarem uma missão própria e alinhada à missão da

instituição. Para além disso, nenhum dos grupos de interesse, nomeadamente, corpo docente, discente e PTA conhece a missão da instituição. Similarmente, o PDI não é amplamente conhecido pelos grupos acima mencionados.

4.2. Indicador 2 – Gestão

Ao se avaliar este indicador, não se observou a existência de um quadro curricular definido. Contudo, existem métodos de ensino claramente definidos e uma estrutura de gestão do curso formalmente nomeada e com as suas tarefas devidamente descritas. A instituição dispõe de um orçamento destinado ao ensino e à formação, esta última contemplando tanto docentes quanto o PTA. Existe um sistema de avaliação de desempenho do pessoal académico e técnico administrativo. Finalmente, foi também verificado que todas as ferramentas para a auto-avaliação da qualidade dos cursos existem e foram implementadas.

No entanto, a participação democrática nos processos de gestão apenas abrange o corpo docente, deixando de fora o discente e o PTA. A natureza castrense da instituição não contempla aspectos de políticas de igualdade e equidade de género. As rubricas do orçamento da instituição não incluem investimentos da área de investigação e de extensão. Não foram encontrados planos de formação contínua para o pessoal docente ou para o PTA. Não se constatou a existência de um sistema de garantia de qualidade através de um gabinete de qualidade e nem existe um orçamento destinado para o efeito. Por último, os resultados dos processos de avaliação de desempenho e avaliação da qualidade não são amplamente divulgados pelos diferentes intervenientes, com maior destaque para o corpo discente e o PTA.

4.3. Indicador 3 – Currículo

O currículo do curso de Enfermagem do ISTM apresenta uma estrutura clara em conformidade com as normas curriculares, projecto educativo, projectos pedagógicos dos cursos, processos de Ensino-Aprendizagem e avaliação de aprendizagens. No entanto, este continua desajustado ao sistema de créditos académicos, que está a ser

amplamente adoptado pelas IES da região e globais. É também necessário organizar o plano de estudos e os planos temáticos das unidades curriculares em tabelas com discriminação dos conteúdos, carga horária de contacto directo, estudo independente entre outras actividades para melhor ilustração, códigos das disciplinas, créditos por ano curricular e semestre, dentre outras identificações das unidades curriculares.

Embora o conteúdo do currículo seja relevante para as necessidades locais e nacionais, bem como para o desenvolvimento da área no geral, o processo do seu desenvolvimento não parece incorporar a consulta à intervenientes incontornáveis no processo de definição do perfil dos graduados, nomeadamente a sociedade, as ordens profissionais e os empregadores.

Embora existam evidências de parcerias nacionais e internacionais para a implementação do curso, há a necessidade de melhorar o âmbito das referidas parcerias, como forma de tornar o curso actual e ajustado às demandas da sociedade em constante desenvolvimento e cada vez mais informada, bem como do mercado com as suas exigências incentivadas pelos movimentos de globalização e integração.

4.4. Indicador 4 – Corpo Docente

O ISTM dispõe de um corpo docente em número suficiente para dar cobro ao número de estudantes admitidos ao curso de Enfermagem. Embora os docentes listados cumpram com a proporção requerida com as qualificações de mestrado para institutos superiores, estes não são efectivos. O requisito de formação psicopedagógica consta dos critérios exigidos pela instituição aos seus docentes e foi constatado que os processos individuais dispõem dos respectivos certificados.

No entanto, a instituição não dispõe de docentes efectivos, uma vez que mais de 90% dos mais de 46 docentes listados são colaboradores e contratos em regime de tempo parcial. Não foi encontrado um plano de formação académica do corpo docente e

também não existe uma política de recrutamento e selecção de docentes. Por último, não há um plano de progressão na carreira docente e de investigação.

4.5. Indicador 5 – Corpo Discente

O corpo discente do ISTM é interno, na sua totalidade, ou seja, todos os admitidos devem se alistar para o serviço militar e incorporar no exército. Assim, ele dispõe de um conjunto de condições de apoio ao seu estabelecimento na academia e progressão académica nos seus cursos, que incluem: alojamento, alimentação, fardas para os diferentes momentos da sua vida militar e académica, subsídio mensal, apoio psicopedagógico e assistência médica e medicamentosa. Dispõem ainda de recursos tais como salas de aulas equipadas e laboratórios igualmente equipados para as aulas teóricas e teórico-práticas, factores que favorecem o processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de todos estes elementos, há dois aspectos que precisariam de alguma atenção, nomeadamente, a disponibilidade de informação acerca dos processos académicos e outros que têm influência no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, resultados de avaliação, sejam de desempenho ou de qualidade do curso, os quais demandariam uma participação mais informada nos processos académicos; e a possibilidade de se criarem associações estudantis com várias finalidades incluindo debates acerca da vida na academia ou mesmo para processos científicos. No entanto, a natureza da instituição não permite que os estudantes criem associações.

4.6. Indicador 6 – Corpo Técnico e Administrativo

Existem políticas e procedimentos de recrutamento e selecção do PTA, bem como um mecanismo de avaliação do seu desempenho, contudo os respectivos documentos não são do conhecimento do PTA. Ademais, não foram observados planos de formação e nem de progressão nas carreiras destes profissionais.

Não existem listas de PTA e nem os respectivos termos de referência, motivo pelo qual não foi possível aferir se estes se encontram em número suficiente e nem se é especializado e adequado aos processos pedagógicos para o curso de Enfermagem. Por outro lado, os processos individuais do PTA não são arquivados ao nível do ISTM, uma vez que se trata de um tipo de quadro pessoal genérico, não gerido localmente. Assim, não foi possível aceder aos referidos processos, como forma de verificar o tipo de documentos contido. Por último, não foram encontradas evidências sobre a protecção dos direitos, normas e condições de higiene e segurança do PTA.

4.7. Indicador 7 – Investigação

A instituição promove a divulgação de resultados de trabalhos científicos através de palestras, jornadas científicas e feiras, bem como dispõe de uma revista interna e promove a participação dos seus docentes e investigadores em conferências internacionais. De igual modo, foram verificados alguns artigos científicos publicados em revistas indexadas, embora fosse mais de iniciativa individual, não necessariamente promovido pela instituição. Por seu turno, os estudantes culminam os seus estudos com monografias, em resposta à um instrumento de monitorização e avaliação das actividades de investigação realizadas por eles.

No entanto, a instituição não dispõe de políticas e nem de linhas de investigação, motivo pelo qual não foram encontradas linhas de orçamento para a investigação nem qualquer outro tipo de incentivo à investigação por parte dos docentes. Observou-se a existência de laboratórios com equipamento moderno, no entanto não dispõem de pessoal e nem de reagentes em quantidade suficiente para levar à cabo actividades sólidas de investigação, limitando-se ao apoio às actividades lectivas.

4.8. Indicador 8 – Extensão

O ISTM dispõe de políticas de prestação de serviços de actividades de extensão à comunidade, incluindo os mecanismos para a sua implementação. De igual modo,

dispõe de listas de actividades de extensão e estudantes envolvidos na sua implementação. Contudo, ainda carece de assinatura de memorandos ou outro tipo de contrato para a prestação de serviços de extensão em outras áreas do sector social e económico.

4.9. Indicador 9 – Intercâmbio

O ISTM não dispõe de políticas de promoção de acções de intercâmbio dos discentes e docentes através de convénios com instituições nacionais e estrangeiras, nem de inclusão em redes de investigação. A única evidência de intercâmbio observada, foi a existência de docentes expatriados através de convénios militares com suas instituições congéneres de países tais como Cuba e Zimbabwe.

4.10. Indicador 10 – Infra-Estruturas

O ISTM dispõe de infraestruturas adequadas para as actividades lectivas e compatíveis com o número de estudantes admitidos ao curso de Enfermagem. As salas de aula dispõem de lugares suficientes, são adequadamente ventiladas e iluminadas e, ainda, dispõem do equipamento necessário para as aulas expositivas, nomeadamente projectores fixos e móveis. Todas as disciplinas que necessitam de laboratórios, dispõem de um devidamente equipado e com espaço suficiente para o número de estudantes distribuídos por grupos de aulas práticas. O curso de enfermagem dispõe de uma biblioteca dedicada, para além da biblioteca geral que também se encontra ao dispor dos estudantes, com livros e espaço para estudo adequados para as necessidades actuais do curso.

No entanto, os estudantes não dispõem de uma sala de informática e nem de computadores de uso público para as suas actividades de investigação e outras que demandem o uso de um computador. O acesso à internet é limitado a alguns pontos, os quais não satisfazem as necessidades apresentadas pelos estudantes. As salas de aula não dispõem de quadros para anúncios e de baldes de lixo adequados para a reciclagem. A biblioteca não dispõe de armários para garantir o armazenamento seguro

(com fechadura) dos livros, não dispõe de meios áudio-visuais, tais como DVD, TV e computadores para uso pelos estudantes e não existe um sistema de responsabilização dos leitores para garantir a conservação e manutenção do repertório. Os docentes não dispõem de gabinetes de trabalho adequados, para fins de preparação de aulas e outros afins, por exemplo. O uso das casas de banho não se encontra devidamente discriminado por sexo e não dispõem de baldes com sacos plásticos. Por fim, o processo de manutenção das infraestruturas e do equipamento em geral necessita de ser melhorado e melhor dinamizado.

4.11. Indicador 11 – Cumprimento da Legislação em Vigor

A implementação dos cursos do ISTM é sustentada em processos e procedimentos credíveis e rigorosos, uma vez que são todos aprovados nos termos da legislação em vigor em Angola. No entanto, escasseiam mecanismos de comunicação à comunidade académica sobre a legislação relativa ao funcionamento das IES, bem como os mecanismos de monitoria do seu grau de implementação.

5. Avaliação da Análise Global (Ameaças e Oportunidades)

Partindo do princípio de que os Pontos Fortes e os Pontos Fracos estão bem expostos nos RAA do curso de Enfermagem do ISTM, faremos uma breve incursão no que nos parece serem as Oportunidades e as Ameaças ao curso, conforme apresentado e discutido abaixo:

5.1. Ameaças

- ✚ Inexistência de uma escola de professores de carreira militar
- ✚ Embora integrada no Sub-Sistema do Ensino Superior, o ISTM é regido pelo Sub-Sistema Militar, com regras próprias
- ✚ Maior flexibilidade no ajuste das normas e adaptação à dinâmica das exigências do Ensino Superior por parte de outras IES que também formam enfermeiros
- ✚ Impossibilidade de atrair fontes próprias e alternativas de financiamento.

5.2. Oportunidades

- ✚ Existência de instituições pares internacionais com que o ISTM colabora com larga experiência no Ensino Superior
- ✚ Movimento de adaptação dos cursos superiores em curso na região da SADC
- ✚ Existência de uma infraestrutura e equipamento laboratoriais modernos e exclusivos do ISTM, que podem ser usados para atrair parcerias nos domínios de investigação e extensão
- ✚ Existência de uma rede de unidades hospitalares de nível terciário de referência ao nível nacional.

Do ponto de vista operacional, para além das linhas gerais, deverão fazer-se recomendações em matérias definidas como áreas transversais aos Cursos e à Instituição (Governança e Gestão; Recursos Humanos e Gestão das TIC) e em áreas nucleares dos Cursos e da Instituição (Ensino/Aprendizagem, Investigação e Desenvolvimento, Relações com o Exterior e Internacionalização, no caso, com particular foco no contexto da SADC).

É necessário ter em conta que, os novos quadros de referência do Ensino Superior, nos estados Africanos da SADC (Harmonização do Ensino Superior) e nos estados Europeus (Processo de Bolonha), apresentam grandes desafios em termos de Educação de Enfermagem. Regra geral, os novos modelos baseiam-se nos “*learning outcomes*”, uma política de custo-eficácia, na escolha das melhores estratégias educativas e na promoção do profissionalismo. Esses contextos facilitam a adaptação às constantes mudanças típicas do mundo “globalizado” e às respostas aos desafios do ensino superior, nomeadamente, para as instituições responsáveis pela formação de Recursos Humanos da Saúde (RHS), para dar respostas positivas às expectativas das populações no que diz respeito aos cuidados de saúde e aos avanços do conhecimento científico (FMUAN, 2007).

6. Avaliação de Planos de Melhorias

O Plano de Melhoria proposto para o Curso de Enfermagem do ISTM tem em conta os Pontos Fortes e os Pontos Fracos identificados durante a análise “SWOT” feita e propõe medidas pertinentes que, uma vez implementadas, a médio/longo prazo, deverão contribuir fortemente para o alcance das metas e objectivos definidos no documento mor do ISTM, o PDI. No entanto, os aspectos de detalhe captados através da análise e verificação linha por linha da matriz de indicadores desenvolvida para estruturar o processo de avaliação foram omitidos.

O Plano de Melhoria deve ser encarado como um processo de relevância estratégica elaborado a partir de:

- ✚ Uma análise das condições institucionais, suas perspectivas actuais e futuras, contingências, desafios e oportunidades;
- ✚ Uma análise organizacional contemplando os recursos disponíveis, potencialidades, forças e fraquezas, em suma a estrutura organizacional;
- ✚ Estratégias elaboradas e tomada de decisões políticas abrangentes que deverão produzir efeitos a médio/longo prazo (FMUAN, 2007).

Tendo em conta a análise crítica do RAA do Curso, o Plano de Melhoria proposto deve usar os pontos fortes e as oportunidades para tentar combater e reduzir as fraquezas e as ameaças a fim de conseguir atingir os objectivos propostos.

Um Plano de Melhoria que contemple e desenvolva as áreas transversais e as áreas nucleares, deve agregar os diferentes corpos da instituição no cumprimento da Missão e dos Objectivos definidos no PDI.

7. Conclusões e Recomendações

7.1. Conclusões

- ✚ A metodologia utilizada no processo de avaliação externa permitiu a realização das actividades num ambiente de harmonia e colaboração entre a CAA e a CAE.
- ✚ A análise SWOT é muito limitada e não faz referência ao ambiente externo (oportunidades e ameaças), o que limita a percepção do alcance a projecção da acção da instituição).
- ✚ O Relatório de Auto-Avaliação Institucional colocou de lado aspectos importantes que caracterizam os indicadores e padrões constantes do manual de auto-avaliação, bem como forças e fraquezas e respectivas evidências.
- ✚ Não foi preenchido o mapa de indicadores, nem se indicam as evidências das observações feitas. Estes factos simplificaram o Plano de Melhorias, por omissão de detalhes indispensáveis para a melhoria geral do processo de ensino-aprendizagem e garantia de certificação de IES;
- ✚ Em função de tudo quanto foi observado e constatado, cujos dados se resumem no mapa de indicadores que será enviado como um anexo à este relatório e nas recomendações feitas, o curso de Enfermagem teve como resultado de avaliação global **52,96 %**, o que implica a necessidade de uma **acção urgente** no sentido de corrigir as irregularidades encontradas para que seja acreditado. Os indicadores de intercâmbio, PTA, corpo docente e investigação são os que necessitam de maior atenção, dada a sua baixa pontuação que varia de 25% a 38%, enquanto os indicadores de currículo, corpo discente e missão e PDI necessitam relativamente de menos esforço para a sua regularização, com uma pontuação entre 72% e 77%.

7.2. Recomendações

Para uma melhor referência das recomendações, estas encontram-se agrupadas por domínio da matriz dos indicadores usada para estruturas a avaliação do curso:

7.2.1. No domínio da Governança e Gestão

- ✚ As características castrenses do ISTM podem desempenhar um papel muito favorável à uma gestão eficiente, destacando-se o dever de uma avaliação periódica e regular do desempenho dos seus membros, das chefias e da instituição;
- ✚ É necessário criar, incentivar e manter uma cultura de gestão documental baseada no registo obrigatório das acções planeadas e praticadas em prol do desenvolvimento do curso e da instituição e manter as evidências comprovativas dos feitos. A ausência de registo de várias acções praticadas foi um dos pontos constatados durante as visitas da CAE. Necessário o reforço dos registos e dos arquivos;
- ✚ Recomenda-se a maior divulgação da missão da unidade orgânica entre a comunidade do ISTM e a inclusão desta no plano curricular do curso de Licenciatura em Enfermagem;
- ✚ Do mesmo modo considera-se importante a divulgação do PDI, para o conhecimento da comunidade académico e sobretudo garantir a sua participação no processo da sua elaboração e/ou revisão;
- ✚ Seria de todo benéfico e vantajoso diversificar as fontes de financiamento, criando e incrementando receitas próprias, sempre e quando fosse permitido pelas altas chefias militares.

7.2.2. No domínio dos Recursos Humanos

- ✚ Promover a avaliação regular do pessoal docente e não docente;
- ✚ Adoptar mecanismos de contratação de docentes à tempo integral;
- ✚ Promover, paulatinamente, a captação de um corpo docente próprio, em regime de dedicação exclusiva e definir os critérios científicos mínimos de acesso aos diferentes lugares da carreira docente;
- ✚ Desenvolver um plano de formação contínua dos seus membros docentes e não docentes;

- ✚ Integrar o PTA à estrutura administrativa do ISTM para permitir uma melhor dinâmica aos processos administrativos do curso ao mesmo tempo que se melhora a gestão deste quadro de pessoal para mantê-lo motivado;
- ✚ Criar mecanismos para que os processos do PTA também sejam arquivados ao nível do ISTM, como forma de melhor monitorar os processos de desenvolvimento profissional contínuo;
- ✚ Abrir espaço de auscultação com /dos funcionário e pessoal técnico administrativo, atendendo suas preocupações e necessidades (prestar mais atenção à progressão na carreira, as questões salariais e os subsídios especiais como risco e outros conferidos por lei);
- ✚ Alargar paulatinamente a participação, inclusão e democratização, no seio da comunidade académica;
- ✚ Implementar o plano de carreira, como a adopção dos estatutos das respectivas carreiras, vigentes no subsistema de ensino superior e no funcionalismo público.

7.2.3. No domínio das TIC

- ✚ Actualizar o parque informático, nas questões do software e do hardware;
- ✚ Adquirir um sistema de detecção de plágio para garantir a originalidade dos trabalhos científicos da instituição;
- ✚ Aumentar a disponibilidade do parque informático, sobretudo aos cadetes, através do aumento do número de computadores acessíveis ou dedicados a uso comum, bem como alargar o respectivo horário de utilização, sempre que as actividades de tipo castrense o permitam;
- ✚ Aumentar os serviços disponibilizados: a) desenvolver, paulatinamente, plataformas de conteúdo interactivo e de imagiologia em tempo real para fins de ensino e de investigação; b) serviços de armazenamento electrónico para aumentar a capacidade dos arquivos, para ensino e investigação, contribuindo para a gradual diminuição da necessidade de uso de documentação em papel;

c) implementar laboratórios “online” e programas de simulação clínica para ensino e investigação;

- ✚ Alargar os pontos de acesso de internet dentro do recinto e permitir que esta esteja igualmente amplamente disponível ao nível das bibliotecas

7.2.4. No domínio estrito de Ensino/Aprendizagem

- ✚ Actualizar periodicamente o Currículo do curso e o plano de estudos, adequando-o aos novos quadros de referência do Ensino Superior, incluindo as Directivas dos Estados Africanos e da Região SADC, harmonizando-os e compatibilizando-os com o Processo de Bolonha, nomeadamente introduzindo o sistema de créditos;
- ✚ Garantir a participação dos ex-estudantes (alumni), de empregadores, das ordens profissionais e de outros intervenientes relevantes da sociedade geral no processo de elaboração e/ou revisão dos currícula do curso, de modo a tornar o referido processo inclusivo e ajustado às exigências dinâmicas da sociedade;
- ✚ Reforçar a formação académica e pedagógica dos docentes;
- ✚ Aprimorar as questões académicas no que concerne à avaliação (dar peso diversificar a avaliação continua valorizando a participação dos estudantes em sala de aula e em trabalhos independentes);
- ✚ Estabelecer uma maior ligação entre o ensino e a iniciação à pesquisa dos estudantes, garantindo oportunidades e espaços de debate científico;
- ✚ Reforçar o “ambiente óptimo de aprendizagem” através da ampliação dos espaços para o estudo independente dos estudantes, assim como do tempo de uso dos mesmos (ex. Estudo em horas livres, abertura da biblioteca por maior tempo possível, após as aulas);
- ✚ Aprimorar a tutoria e o acompanhamento académico dos estudantes;

7.2.5. No domínio da Investigação e Desenvolvimento

- ✚ É necessário criar uma unidade coordenadora e dinamizadora da investigação, instituindo ou um Gabinete de Apoio à Investigação ou uma Comissão Científica para coordenar as acções e as iniciativas individuais existentes no domínio da investigação;
- ✚ Aumentar a participação dos Cadetes em projectos de investigação científica durante a frequência dos cursos;
- ✚ Criar Programas e Linhas de Investigação, podendo envolver outras instituições nacionais ou internacionais, procurando responder à áreas temáticas bem definidas e às necessidades concretas do País e da região (ex. cuidados humanizados, stress pós-traumático, prevenção e controlo de infecções intra-hospitalares, etc.).

7.2.6. Relações com o Exterior e Internacionalização (Regionalização)

- ✚ Desenvolver parcerias com instituições de referência nacional, regional e internacionais, incentivando a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores com particular realce para a SADC, onde se desenvolvem acções notáveis no domínio do ensino superior em África;
- ✚ Promover parcerias vantajosas com Academias/Escolas Militares regionais relevantes de países da região da SADC;
- ✚ Reforçar a cooperação com as Universidades com as quais já existam protocolos e aumentar o número de protocolos com instituições afins;
- ✚ Desenvolver uma política de aproximação e de divulgação junto de instituições de ensino superior e de saúde e nas populações vizinhas, promovendo actividades de extensão junto delas e a imagem da instituição, por exemplo, através de um departamento/secção de Saúde Pública;
- ✚ Criar/instituir um departamento ou secção de Saúde Comunitária para fins de ensino, investigação e extensão em saúde pública e, especificamente, para programas de extensão universitária.

7.2.7. No domínio das infraestruturas

- ✚ As casas de banho devem não apenas dispor de indicação, mas também ser usadas de forma separada para mulheres e homens, dadas as diferentes necessidades de uns e dos outros;
- ✚ Os docentes necessitam de locais apropriados para a preparação das suas actividades, investigação documental e busca de fontes de informação actual através dos diferentes meios disponíveis, com destaque para os tecnológicos. Assim, salas individuais ou colectivas equipadas com computadores, uma pequena colecção de livros e disponibilidade de internet é fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
- ✚ O processo de manutenção de infraestruturas e equipamento de escolas deve ser muito dinâmico, sob o risco de rapidamente deteriorar o património e o ambiente em que o curso decorre. Aspectos como reposição de lâmpadas nas salas de aulas, reparação de tectos e do cortinado devem merecer uma rápida atenção para garantir a segurança dos discentes e docentes ao mesmo tempo que não afecta o processo. Por outro lado, a dinâmica do ensino moderno obriga a introdução de meios tecnológicos de apoio aos docentes e discentes, o que obriga a existência de equipas multidisciplinares e dedicadas à manutenção do software e do hardware de laboratórios de informática destinados ao ensino.
- ✚



República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA N.º 1

Relatório
de Avaliação Externa do Curso de
Medicina do Instituto Superior
Técnico Militar
Luanda, 3 – 5 de Outubro de 2023





República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]





República de Angola

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
**Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior (INAAREES)**

[Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro]

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA N.º 1

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO CURSO DE MEDICINA DO INSTITUTO
SUPERIOR TÉCNICO MILITAR

VERSÃO FINAL

COMPOSIÇÃO DA CAE

1. Lopes Ferreira Baptista – Coordenador
2. Elsa Maria Salvador – Especialista Internacional
3. Cristóvão de Carvalho e Ferreira Simões – Especialista Nacional
4. Tavares Lopes Madede – Membro Socializado
5. Alcina Carneiro – Gestor de Procedimentos

LUANDA, 28 DE NOVEMBRO DE 2023



Índice

1.	Enquadramento/Contextualização/Introdução	5
2.	Metodologia Utilizada.....	7
3.	Avaliação da Definição de Missão e dos Objectivos Gerais e Operacionais	8
4.	Avaliação dos Resultados da Auto-Avaliação/Análise SWOT	9
4.1.	Indicador 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	9
4.2.	Indicador 2 – Gestão	10
4.3.	Indicador 3 – Currículos	10
4.4.	Indicador 4 – Corpo Docente.....	11
4.5.	Indicador 5 – Corpo Discente	12
4.6.	Indicador 6 – Corpo Técnico e Administrativo	12
4.7.	Indicador 7 – Investigação.....	13
4.8.	Indicador 8 – Extensão.....	13
4.9.	Indicador 9 – Intercâmbio	14
4.10.	Indicador 10 – Infra-Estruturas.....	14
4.11.	Indicador 11 – Cumprimento da Legislação em Vigor.....	15
5.	Avaliação da Análise Global (Ameaças e Oportunidades).....	15
5.1.	Ameaças	15
5.2.	Oportunidades.....	16
6.	Avaliação de Planos de Melhorias	17
7.	Conclusões e Recomendações	18
7.1.	Conclusões.....	18
7.2.	Recomendações	18
7.2.1.	No domínio da Governança e Gestão.....	19
7.2.2.	No domínio dos Recursos Humanos	19
7.2.3.	No domínio das TIC.....	20
7.2.4.	No domínio estrito de Ensino/Aprendizagem	21
7.2.5.	No domínio da Investigação e Desenvolvimento	22
7.2.6.	Relações com o Exterior e Internacionalização (Regionalização)	22
7.2.7.	No domínio das infraestruturas.....	23

1. Enquadramento/Contextualização/Introdução

O Instituto Superior Técnico Militar (ISTM) é um estabelecimento de ensino universitário militar, enquadrado no subsistema de ensino Militar do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (EMGFAA), fundado a 15 de Maio de 2008 sob o Despacho Nº 079 CEMG/FAA de 07 de Novembro de 2007. O ISTM iniciou as suas funções aquando da sua fundação, aos 15 de Maio de 2008, no entanto, o estabelecimento foi integrado ao Subsistema do Ensino Superior da República de Angola em 2015, ao abrigo do Decreto Executivo 369/15 de 27 de Maio do Ministério do Ensino Superior (MES). O curso de Medicina, objecto da presente avaliação, teve o seu início em 2008 e foi e, posteriormente, reconhecido pelo MES através do Decreto Executivo Nº369/15 de 27 de Maio. O ISTM tem como Missão: formar e habilitar recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (Medicina e Enfermagem), e de Engenharia (Construção e Fortificações, Informática, Eletrotécnica e Mecânica), nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na sociedade angolana em geral. Quanto à Visão: o ISTM pretende tornar-se numa instituição do ensino superior (IES) de Referência Nacional e de Reconhecimento Internacional.

No que concerne a sua estrutura funcional, o ISTM é dirigido por um Director Geral, coadjuvado por dois Directores Adjuntos, chefes de Departamentos Académicos e um corpo de docentes e pessoal técnico administrativo (PTA).

A avaliação externa do curso de Medicina do ISTM, realizada de 03 a 05 de Outubro, decorreu em cumprimento dos objectivos do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ensino Superior (SNGQES), estabelecido por Decreto Presidencial Nº 203/18 de 30 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior. Este decreto é materializado pelo Decreto Executivo 109/20 de 10 de Março, que aprova o Regulamento que estabelece o processo de avaliação externa e acreditação das instituições de ensino superior e respectivos

curros. Nesse contexto, o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) implementou o Plano Operacional de Avaliação dos Cursos Medicina e Ciências da Saúde, com abrangência nacional. Tal como definido, o processo de avaliação da qualidade do ensino superior, obedece à duas fases principais: a auto-avaliação e a avaliação externa, sendo esta última a validação dos resultados da primeira, onde um grupo de especialistas selecionados pelo INAAREES analisa as principais forças e fraquezas do curso avaliado, valida o relatório de Auto-avaliação (RAA) e ajuíza sobre a adequação do plano de melhorias proposto. A avaliação externa de cursos e/ou programas tem como objectivos:

1. Melhorar a caracterização do contexto em que opera o curso e/ou programa avaliado;
2. Alargar o conhecimento sobre a estrutura organizacional e os processos de decisão inerentes à cada uma das áreas transversais e nucleares;
3. Ajuizar sobre os mecanismos internos de acompanhamento e avaliação de desempenho da capacidade do curso para aprender e melhorar com base na identificação e na reflexão sobre as suas fraquezas e como tirar proveito das suas forças;
4. Validar o exercício da auto-avaliação.

No caso em questão, a Comissão de Avaliação Externa (CAE) n.º 1, criada para o devido efeito, elaborou o Relatório de Avaliação Externa (RAE), com base no RAA produzido pela instituição durante o processo de auto-avaliação realizado em Julho de 2023. Este relatório reporta os resultados do processo de avaliação externa realizado ao curso de Medicina do ISTM, adstrito ao Departamento de Biotecnologias e Ciências da Saúde. Este curso vem dar sustentação ao cumprimento da missão do ISTM, no que concerne à formação e habilitação de recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (Medicina e Enfermagem) para as forças armadas e para o país em geral. O curso de Medicina do ISTM, cujo objectivo

principal é o de ministrar a licenciatura em Medicina, para equacionar as necessidades de saúde da população no quadro das exigências e das missões atribuídas às Forças Armadas, é oferecido em 12 semestres, com um total de 7020 horas, das quais 2070 são dedicadas à conteúdos teóricos, 3450 aos práticos e as restantes 1500 aos estágios. Este, conta ainda com uma organização em ciclos básico, clínico e estágio integrado.

2. Metodologia Utilizada

A presente avaliação externa foi conduzida em 4 fases, nomeadamente: (i) recepção e análise do relatório de auto-avaliação (RAA); (ii) realização de encontros e entrevistas; (iii) visita às instalações da Unidade Orgânica (UO); e, (iv) verificação das evidências.

(i) Recepção e análise do RAA

Uma Comissão de Auto-Avaliação (CAA) composta por membros designados do ISTM, realizou a auto-avaliação (AA) do curso de Medicina em Julho de 2023, como o primeiro passo antecedendo esta avaliação externa. O respectivo RAA e outros documentos complementares foram partilhados com esta CAE, que após a sua recepção realizou uma série de encontros preparatórios, para analisar o RAA, com vista a perceber e emitir um juízo de valor em relação à sua estrutura e conteúdo, assim como validar os procedimentos e os instrumentos utilizados no processo de AA.

(ii) Realização de encontros e entrevistas

A segunda fase desta avaliação consistiu na realização de uma série de encontros e entrevistas com a Direcção máxima do ISTM, a CAA, os chefes de DEI's, repartição, regentes, coordenadores de cursos, graduados, estudantes, docentes e o PTA. O objectivo dos encontros era de registar as suas perspectivas e contributos em relação ao processo de AA, o funcionamento do curso e articulação do curso com outras acções relevantes para o ensino.

(iii) Visita às Instalações da UO

Foi estabelecido um roteiro que levou a percorrer todas as instalações do ISTM em que decorre o curso de Medicina e servem outros propósitos afins, com o intuito de constatar as condições instaladas e de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, assim como de gestão do curso.

(iv) Recolha e verificação das evidências

A verificação das evidências documentais foi feita como base no mapa de indicadores composto por onze indicadores com diversos padrões e critérios de verificação, constante do manual de avaliação externa, como forma de validar ou não o RAA do ISTM.

3. Avaliação da Definição de Missão e dos Objectivos Gerais e Operacionais

Analisadas as evidências, constatou-se que a missão do ISTM é relevante, claramente expressa e divulgada na página web do ISTM, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no gabinete do coordenador do curso. A missão está relacionada com as estratégias de desenvolvimento institucional e do sector socioeconómico do País. Em particular, para formar e habilitar recursos humanos qualificados para desempenhar cargos e funções nas áreas de saúde (medicina e enfermagem) e engenharia (construção e fortificações; informática, electrotecnia e mecânica) nas FAA e na sociedade angolana no geral. Foi possível constatar, nas entrevistas com os principais intervenientes (estudantes, docentes e PTA), que existe pouco conhecimento sobre a missão, havendo, por isso, a necessidade de mais divulgação e debate na comunidade do ISTM. Outra constatação referente à missão foi o facto desta não estar expressa no plano curricular do curso de Licenciatura em Medicina, que nos foi apresentado na primeira versão, o que pressupõe que ainda não foi revisto.

O objectivo institucional é formar oficiais Médicos das FAA para o desempenho das funções nas unidades, estabelecimentos e órgãos das FAA e da sociedade Angolana com diversas habilidades. Como se pode depreender, este objectivo está claramente definido, relevante e se articula com a missão bem como com o objectivo do curso de Medicina do ISTM, que é promover a Licenciatura em Medicina, para equacionar as necessidades de saúde da população no quadro das exigências e das missões atribuídas às Forças Armadas.

4. Avaliação dos Resultados da Auto-Avaliação/Análise SWOT

Conforme referido no capítulo sobre a metodologia utilizada pela CAE, a análise SWOT patente no relatório de Auto-Avaliação (AA) não se baseou na avaliação minuciosa de cada indicador do manual de AA, uma vez que a matriz não foi preenchida ao longo desse processo. Este facto terá limitado o âmbito da análise, não permitindo que aspectos de detalhe fossem considerados no momento da análise. Desta forma, indicamos que a presente avaliação é fruto de um exercício efectuado pela CAE, no intuito de instruir a CAA para exercícios futuros, de recolha e compilação das evidências necessárias para informar os critérios de verificação e os respectivos padrões dos indicadores propostos.

4.1. Indicador 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A instituição dispõe de um PDI, o qual contém uma missão clara e delimita de forma detalhada a finalidade e o âmbito dos diferentes cursos ministrados. De igual modo, existem objectivos claros, discriminados por tipo de curso e que estão alinhados com os objectivos gerais da IES.

No entanto, a missão é comum aos diferentes departamentos, julgado pelo facto dos departamentos em que se oferecem os programas curriculares dos diferentes cursos ministrados no ISTM não apresentarem uma missão própria e alinhada à missão da

instituição. Para além disso, nenhum dos grupos de interesse, nomeadamente, corpo docente, discente e PTA conhece a missão da instituição. Similarmente, o PDI não é amplamente conhecido pelos grupos acima mencionados.

4.2. Indicador 2 – Gestão

Ao se avaliar este indicador, não se observou a existência de um quadro curricular definido. Contudo, existem métodos de ensino claramente definidos e uma estrutura de gestão do curso formalmente nomeada e com as suas tarefas devidamente descritas. A instituição dispõe de um orçamento destinado ao ensino e à formação, esta última contemplando tanto docentes quanto o PTA. Existe um sistema de avaliação de desempenho do pessoal académico e técnico administrativo. Finalmente, foi também verificado que todas as ferramentas para a auto-avaliação da qualidade dos cursos existem e foram implementadas.

No entanto, a participação democrática nos processos de gestão apenas abrange o corpo docente, deixando de fora o discente e o PTA. A natureza castrense da instituição não contempla aspectos de políticas de igualdade e equidade de género. As rubricas do orçamento da instituição não incluem investimentos da área de investigação e de extensão. Não foram encontrados planos de formação contínua para o pessoal docente ou para o PTA. Não se constatou a existência de um sistema de garantia de qualidade através de um gabinete de qualidade e nem existe um orçamento destinado para o efeito. Por último, os resultados dos processos de avaliação de desempenho e avaliação da qualidade não são amplamente divulgados pelos diferentes intervenientes, com maior destaque para o corpo discente e o PTA.

4.3. Indicador 3 – Currículo

O currículo do curso de Medicina do ISTM apresenta uma estrutura clara em conformidade com as normas curriculares, projecto educativo, projectos pedagógicos dos cursos, processos de Ensino-Aprendizagem e avaliação de aprendizagens. No entanto, este continua desajustado ao sistema de créditos académicos, que está a ser

amplamente adoptado pelas IES da região e globais. É também necessário organizar o plano de estudos e os planos temáticos das unidades curriculares em tabelas com discriminação dos conteúdos, carga horária de contacto directo, estudo independente entre outras actividades para melhor ilustração, códigos das disciplinas, créditos por ano curricular e semestre, dentre outras identificações das unidades curriculares.

Embora o conteúdo do currículo seja relevante para as necessidades locais e nacionais, bem como para o desenvolvimento da área no geral, o processo do seu desenvolvimento não parece incorporar a consulta à intervenientes incontornáveis no processo de definição do perfil dos graduados, nomeadamente a sociedade, as ordens profissionais e os empregadores.

Embora existam evidências de parcerias nacionais e internacionais para a implementação do curso, há a necessidade de melhorar o âmbito das referidas parcerias, como forma de tornar o curso actual e ajustado às demandas da sociedade em constante desenvolvimento e cada vez mais informada, bem como do mercado com as suas exigências incentivadas pelos movimentos de globalização e integração.

4.4. Indicador 4 – Corpo Docente

O ISTM dispõe de um corpo docente em número suficiente para dar cobro ao número de estudantes admitidos ao curso de Medicina. Embora os docentes listados cumpram com a proporção requerida com as qualificações de mestrado para institutos superiores, estes não são efectivos. O requisito de formação psicopedagógica consta dos critérios exigidos pela instituição aos seus docentes e foi constatado que os processos individuais dispõem dos respectivos certificados.

No entanto, a instituição não dispõe de docentes efectivos, uma vez que mais de 90% dos mais de 180 docentes listados são colaboradores e contratos em regime de tempo parcial. Não foi encontrado um plano de formação académica do corpo docente e

também não existe uma política de recrutamento e selecção de docentes. Por último, não há um plano de progressão na carreira docente e de investigação.

4.5. **Indicador 5 – Corpo Discente**

O corpo discente do ISTM é interno, na sua totalidade, ou seja, todos os admitidos devem se alistar para o serviço militar e incorporar no exército. Assim, ele dispõe de um conjunto de condições de apoio ao seu estabelecimento na academia e progressão académica nos seus cursos, que incluem: alojamento, alimentação, fardas para os diferentes momentos da sua vida militar e académica, subsídio mensal, apoio psicopedagógico e assistência médica e medicamentosa. Dispõem ainda de recursos tais como salas de aulas equipadas e laboratórios igualmente equipados para as aulas teóricas e teórico-práticas, factores que favorecem o processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de todos estes elementos, há dois aspectos que precisariam de alguma atenção, nomeadamente, a disponibilidade de informação acerca dos processos académicos e outros que têm influência no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, resultados de avaliação, sejam de desempenho ou de qualidade do curso, os quais demandariam uma participação mais informada nos processos académicos; e a possibilidade de se criarem associações estudantis com várias finalidades incluindo debates acerca da vida na academia ou mesmo para processos científicos. No entanto, a natureza da instituição não permite que os estudantes criem associações.

4.6. **Indicador 6 – Corpo Técnico e Administrativo**

Existem políticas e procedimentos de recrutamento e selecção do PTA, bem como um mecanismo de avaliação do seu desempenho, contudo os respectivos documentos não são do conhecimento do PTA. Ademais, não foram observados planos de formação e nem de progressão nas carreiras destes profissionais.

Não existem listas de PTA e nem os respectivos termos de referência, motivo pelo qual não foi possível aferir se estes se encontram em número suficiente e nem se é especializado e adequado aos processos pedagógicos para o curso de Medicina. Por outro lado, os processos individuais do PTA não são arquivados ao nível do ISTM, uma vez que se trata de um tipo de quadro pessoal genérico, não gerido localmente. Assim, não foi possível aceder aos referidos processos, como forma de verificar o tipo de documentos contido. Por último, não foram encontradas evidências sobre a protecção dos direitos, normas e condições de higiene e segurança do PTA.

4.7. Indicador 7 – Investigação

A instituição promove a divulgação de resultados de trabalhos científicos através de palestras, jornadas científicas e feiras, bem como dispõe de uma revista interna e promove a participação dos seus docentes e investigadores em conferências internacionais. De igual modo, foram verificados alguns artigos científicos publicados em revistas indexadas, embora fosse mais de iniciativa individual, não necessariamente promovido pela instituição. Por seu turno, os estudantes culminam os seus estudos com monografias, em resposta à um instrumento de monitorização e avaliação das actividades de investigação realizadas por eles.

No entanto, a instituição não dispõe de políticas e nem de linhas de investigação, motivo pelo qual não foram encontradas linhas de orçamento para a investigação nem qualquer outro tipo de incentivo à investigação por parte dos docentes. Observou-se a existência de laboratórios com equipamento moderno, no entanto não dispõem de pessoal e nem de reagentes em quantidade suficiente para levar à cabo actividades sólidas de investigação, limitando-se ao apoio às actividades lectivas.

4.8. Indicador 8 – Extensão

O ISTM dispõe de políticas de prestação de serviços de actividades de extensão à comunidade, incluindo os mecanismos para a sua implementação. De igual modo,

dispõe de listas de actividades de extensão e estudantes envolvidos na sua implementação. Contudo, ainda carece de assinatura de memorandos ou outro tipo de contrato para a prestação de serviços de extensão em outras áreas do sector social e económico.

4.9. Indicador 9 – Intercâmbio

O ISTM não dispõe de políticas de promoção de acções de intercâmbio dos discentes e docentes através de convénios com instituições nacionais e estrangeiras, nem de inclusão em redes de investigação. A única evidência de intercâmbio observada, foi a existência de docentes expatriados através de convénios militares com suas instituições congéneres de países tais como Cuba e Portugal.

4.10. Indicador 10 – Infra-Estruturas

O ISTM dispõe de infraestruturas adequadas para as actividades lectivas e compatíveis com o número de estudantes admitidos ao curso de Medicina. As salas de aula dispõem de lugares suficientes, são adequadamente ventiladas e iluminadas e, ainda, dispõem do equipamento necessário para as aulas expositivas, nomeadamente projectores fixos e móveis. Todas as disciplinas que necessitam de laboratórios, dispõem de um devidamente equipado e com espaço suficiente para o número de estudantes distribuídos por grupos de aulas práticas. O curso de medicina dispõe de uma biblioteca dedicada, para além da biblioteca geral que também se encontra ao dispor dos estudantes, com livros e espaço para estudo adequados para as necessidades actuais do curso.

No entanto, os estudantes não dispõem de uma sala de informática e nem de computadores de uso público para as suas actividades de investigação e outras que demandem o uso de um computador. O acesso à internet é limitado a alguns pontos, os quais não satisfazem as necessidades apresentadas pelos estudantes. As salas de aula não dispõem de quadros para anúncios e de baldes de lixo adequados para a reciclagem. A biblioteca não dispõe de armários para garantir o armazenamento seguro

(com fechadura) dos livros, não dispõe de meios áudio-visuais, tais como DVD, TV e computadores para uso pelos estudantes e não existe um sistema de responsabilização dos leitores para garantir a conservação e manutenção do repertório. Os docentes não dispõem de gabinetes de trabalho adequados, para fins de preparação de aulas e outros afins, por exemplo. O uso das casas de banho não se encontra devidamente discriminado por sexo e não dispõem de baldes com sacos plásticos. Por fim, o processo de manutenção das infraestruturas e do equipamento em geral necessita de ser melhorado e melhor dinamizado.

4.11. Indicador 11 – Cumprimento da Legislação em Vigor

A implementação dos cursos do ISTM é sustentada em processos e procedimentos credíveis e rigorosos, uma vez que são todos aprovados nos termos da legislação em vigor em Angola. No entanto, escasseiam mecanismos de comunicação à comunidade académica sobre a legislação relativa ao funcionamento das IES, bem como os mecanismos de monitoria do seu grau de implementação.

5. Avaliação da Análise Global (Ameaças e Oportunidades)

Partindo do princípio de que os Pontos Fortes e os Pontos Fracos estão bem expostos nos RAA do curso de Medicina do ISTM, faremos uma breve incursão no que nos parece serem as Oportunidades e as Ameaças ao curso, conforme apresentado e discutido abaixo:

5.1. Ameaças

- ✚ Inexistência de uma escola de professores de carreira militar
- ✚ Embora integrada no Sub-Sistema do Ensino Superior, o ISTM é regido pelo Sub-Sistema Militar, com regras próprias
- ✚ Maior flexibilidade no ajuste das normas e adaptação à dinâmica das exigências do Ensino Superior por parte de outras IES que também formam médicos
- ✚ Impossibilidade de atrair fontes próprias e alternativas de financiamento.

5.2. Oportunidades

- ✚ Existência de instituições pares internacionais com que o ISTM colabora com larga experiência no Ensino Superior
- ✚ Movimento de adaptação dos cursos superiores em curso na região da SADC
- ✚ Existência de uma infraestrutura e equipamento laboratoriais modernos e exclusivos do ISTM, que podem ser usados para atrair parcerias nos domínios de investigação e extensão
- ✚ Existência de uma rede de unidades hospitalares de nível terciário de referência ao nível nacional.

Do ponto de vista operacional, para além das linhas gerais, deverão fazer-se recomendações em matérias definidas como **áreas transversais aos Cursos e à Instituição** (Governança e Gestão; Recursos Humanos e Gestão das TIC) e em **áreas nucleares dos Cursos e da Instituição** (Ensino/Aprendizagem, Investigação e Desenvolvimento, Relações com o Exterior e Internacionalização, no caso, com particular foco no contexto da SADC).

É necessário ter em conta que, os novos quadros de referência do Ensino Superior, nos estados Africanos da SADC (Harmonização do Ensino Superior) e nos estados Europeus (Processo de Bolonha), apresentam grandes desafios em termos de Educação Médica. Regra geral, os novos modelos baseiam-se nos “*learning outcomes*”, uma política de custo-eficácia, na escolha das melhores estratégias educativas e na promoção do profissionalismo. Esses contextos facilitam a adaptação às constantes mudanças típicas do mundo “globalizado” e às respostas aos desafios do ensino superior, nomeadamente, para as instituições responsáveis pela formação de Recursos Humanos da Saúde (RHS), para dar respostas positivas às expectativas das populações no que diz respeito aos cuidados de saúde e aos avanços do conhecimento científico (FMUAN, 2007).

6. Avaliação de Planos de Melhorias

O Plano de Melhoria proposto para o Curso de Medicina do ISTM tem em conta os Pontos Fortes e os Pontos Fracos identificados durante a análise “SWOT” feita e propõe medidas pertinentes que, uma vez implementadas, a médio/longo prazo, deverão contribuir fortemente para o alcance das metas e objectivos definidos no documento mor do ISTM, o PDI. No entanto, os aspectos de detalhe captados através da análise e verificação linha por linha da matriz de indicadores desenvolvida para estruturar o processo de avaliação foram omitidos.

O Plano de Melhoria deve ser encarado como um processo de relevância estratégica elaborado a partir de:

- ✚ Uma análise das condições institucionais, suas perspectivas actuais e futuras, contingências, desafios e oportunidades;
- ✚ Uma análise organizacional contemplando os recursos disponíveis, potencialidades, forças e fraquezas, em suma a estrutura organizacional;
- ✚ Estratégias elaboradas e tomada de decisões políticas abrangentes que deverão produzir efeitos a médio/longo prazo (FMUAN, 2007).

Tendo em conta a análise crítica do RAA do Curso, o Plano de Melhoria proposto deve usar os pontos fortes e as oportunidades para tentar combater e reduzir as fraquezas e as ameaças a fim de conseguir atingir os objectivos propostos.

Um Plano de Melhoria que contemple e desenvolva as áreas transversais e as áreas nucleares, deve agregar os diferentes corpos da instituição no cumprimento da Missão e dos Objectivos definidos no PDI.

7. Conclusões e Recomendações

7.1. Conclusões

- ✚ A metodologia utilizada no processo de avaliação externa permitiu a realização das actividades num ambiente de harmonia e colaboração entre a CAA e a CAE.
- ✚ A análise SWOT é muito limitada e não faz referência ao ambiente externo (oportunidades e ameaças), o que limita a percepção do alcance a projecção da acção da instituição).
- ✚ O Relatório de Auto-Avaliação Institucional colocou de lado aspectos importantes que caracterizam os indicadores e padrões constantes do manual de auto-avaliação, bem como forças e fraquezas e respectivas evidências.
- ✚ Não foi preenchido o mapa de indicadores, nem se indicam as evidências das observações feitas. Estes factos simplificaram o Plano de Melhorias, por omissão de detalhes indispensáveis para a melhoria geral do processo de ensino-aprendizagem e garantia de certificação de IES.
- ✚ Em função de tudo quanto foi observado e constatado, cujos dados se resumem no mapa de indicadores que será enviado como um anexo à este relatório e nas recomendações feitas, o curso de Medicina teve como resultado de avaliação global **52,92%**, o que implica a necessidade de uma **acção urgente** no sentido de corrigir as irregularidades encontradas para que seja acreditado. Os indicadores de intercâmbio, PTA, corpo docente e investigação são os que necessitam de maior atenção, dada a sua baixa pontuação que varia de 25 à 38%, enquanto os indicadores de currículo, corpo discente e missão e PDI necessitam relativamente de menos esforço para a sua regularização, com uma pontuação entre 72 e 77%.

7.2. Recomendações

Para uma melhor referência das recomendações, estas encontram-se agrupadas por domínio da matriz dos indicadores usada para estruturas a avaliação do curso:

7.2.1. No domínio da Governança e Gestão

- ✚ As características castrenses do ISTM podem desempenhar um papel muito favorável à uma gestão eficiente, destacando-se o dever de uma avaliação periódica e regular do desempenho dos seus membros, das chefias e da instituição;
- ✚ É necessário criar, incentivar e manter uma cultura de gestão documental baseada no registo obrigatório das acções planeadas e praticadas em prol do desenvolvimento do curso e da instituição e manter as evidências comprovativas dos feitos. A ausência de registo de várias acções praticadas foi um dos pontos constatados durante as visitas da CAE. Necessário o reforço dos registos e dos arquivos;
- ✚ Recomenda-se a maior divulgação da missão da unidade orgânica entre a comunidade do ISTM e a inclusão desta no plano curricular do curso de Licenciatura em Medicina;
- ✚ Do mesmo modo considera-se importante a divulgação do PDI, para o conhecimento da comunidade académico e sobretudo garantir a sua participação no processo da sua elaboração e/ou revisão;
- ✚ Seria de todo benéfico e vantajoso diversificar as fontes de financiamento, criando e incrementando receitas próprias, sempre e quando fosse permitido pelas altas chefias militares.

7.2.2. No domínio dos Recursos Humanos

- ✚ Promover a avaliação regular do pessoal docente e não docente;
- ✚ Adoptar mecanismos de contratação de docentes à tempo integral;
- ✚ Promover, paulatinamente, a captação de um corpo docente próprio, em regime de dedicação exclusiva e definir os critérios científicos mínimos de acesso aos diferentes lugares da carreira docente;
- ✚ Desenvolver um plano de formação contínua dos seus membros docentes e não docentes;

- ✚ Integrar o PTA à estrutura administrativa do ISTM para permitir uma melhor dinâmica aos processos administrativos do curso ao mesmo tempo que se melhora a gestão deste quadro de pessoal para mantê-lo motivado;
- ✚ Criar mecanismos para que os processos do PTA também sejam arquivados ao nível do ISTM, como forma de melhor monitorar os processos de desenvolvimento profissional contínuo;
- ✚ Abrir espaço de auscultação com /dos funcionário e pessoal técnico administrativo, atendendo suas preocupações e necessidades (prestar mais atenção à progressão na carreira, as questões salariais e os subsídios especiais como risco e outros conferidos por lei);
- ✚ Alargar paulatinamente a participação, inclusão e democratização, no seio da comunidade académica;
- ✚ Implementar o plano de carreira, como a adopção dos estatutos das respectivas carreiras, vigentes no subsistema de ensino superior e no funcionalismo público.

7.2.3. No domínio das TIC

- ✚ Actualizar o parque informático, nas questões do software e do hardware;
- ✚ Adquirir um sistema de detecção de plágio para garantir a originalidade dos trabalhos científicos da instituição;
- ✚ Aumentar a disponibilidade do parque informático, sobretudo aos cadetes, através do aumento do número de computadores acessíveis ou dedicados a uso comum, bem como alargar o respectivo horário de utilização, sempre que as actividades de tipo castrense o permitam;
- ✚ Aumentar os serviços disponibilizados: a) desenvolver, paulatinamente, plataformas de conteúdo interactivo e de imagiologia em tempo real para fins de ensino e de investigação; b) serviços de armazenamento electrónico para aumentar a capacidade dos arquivos, para ensino e investigação, contribuindo para a gradual diminuição da necessidade de uso de documentação em papel;

c) implementar laboratórios “online” e programas de simulação clínica para ensino e investigação;

- ✚ Alargar os pontos de acesso de internet dentro do recinto e permitir que esta esteja igualmente amplamente disponível ao nível das bibliotecas

7.2.4. No domínio estrito de Ensino/Aprendizagem

- ✚ Actualizar periodicamente o Currículo do curso e o plano de estudos, adequando-o aos novos quadros de referência do Ensino Superior, incluindo as Directivas dos Estados Africanos e da Região SADC, harmonizando-os e compatibilizando-os com o Processo de Bolonha, nomeadamente introduzindo o sistema de créditos;
- ✚ Garantir a participação dos ex-estudantes (alumni), de empregadores, das ordens profissionais e de outros intervenientes relevantes da sociedade geral no processo de elaboração e/ou revisão dos currícula do curso, de modo a tornar o referido processo inclusivo e ajustado às exigências dinâmicas da sociedade;
- ✚ Reforçar a formação académica e pedagógica dos docentes;
- ✚ Aprimorar as questões académicas no que concerne à avaliação (dar peso diversificar a avaliação continua valorizando a participação dos estudantes em sala de aula e em trabalhos independentes);
- ✚ Estabelecer uma maior ligação entre o ensino e a iniciação à pesquisa dos estudantes, garantindo oportunidades e espaços de debate científico;
- ✚ Reforçar o “ambiente óptimo de aprendizagem” através da ampliação dos espaços para o estudo independente dos estudantes, assim como do tempo de uso dos mesmos (ex. Estudo em horas livres, abertura da biblioteca por maior tempo possível, após as aulas);
- ✚ Aprimorar a tutoria e o acompanhamento académico dos estudantes;

7.2.5. No domínio da Investigação e Desenvolvimento

- ✚ É necessário criar uma unidade coordenadora e dinamizadora da investigação, instituindo ou um Gabinete de Apoio à Investigação ou uma Comissão Científica para coordenar as acções e as iniciativas individuais existentes no domínio da investigação;
- ✚ Aumentar a participação dos Cadetes em projectos de investigação científica durante a frequência dos cursos;
- ✚ Criar Programas e Linhas de Investigação, podendo envolver outras instituições nacionais ou internacionais, procurando responder à áreas temáticas bem definidas e às necessidades concretas do País e da região (ex. trauma, stress pós-traumático, doenças infecciosas, etc.).

7.2.6. **Relações com o Exterior e Internacionalização (Regionalização)**

- ✚ Desenvolver parcerias com instituições de referência nacional, regional e internacionais, incentivando a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores com particular realce para a SADC, onde se desenvolvem acções notáveis no domínio do ensino superior em África;
- ✚ Promover parcerias vantajosas com Academias/Escolas Militares regionais relevantes de países da região da SADC;
- ✚ Reforçar a cooperação com as Universidades com as quais já existam protocolos e aumentar o número de protocolos com instituições afins;
- ✚ Desenvolver uma política de aproximação e de divulgação junto de instituições de ensino superior e de saúde e nas populações vizinhas, promovendo actividades de extensão junto delas e a imagem da instituição, por exemplo, através de um departamento/secção de Saúde Pública;
- ✚ Criar/instituir um departamento ou secção de Saúde Comunitária para fins de ensino, investigação e extensão em saúde pública e, especificamente, para programas de extensão universitária.

7.2.7. No domínio das infraestruturas

- ✚ As casas de banho devem não apenas dispor de indicação, mas também ser usadas de forma separada para mulheres e homens, dadas as diferentes necessidades de uns e dos outros;
- ✚ Os docentes necessitam de locais apropriados para a preparação das suas actividades, investigação documental e busca de fontes de informação actual através dos diferentes meios disponíveis, com destaque para os tecnológicos. Assim, salas individuais ou colectivas equipadas com computadores, uma pequena colecção de livros e disponibilidade de internet é fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
- ✚ O processo de manutenção de infraestruturas e equipamento de escolas deve ser muito dinâmico, sob o risco de rapidamente deteriorar o património e o ambiente em que um curso tão complexo ocorre. Aspectos como reposição de lâmpadas nas salas de aulas, reparação de tectos e do cortinado devem merecer uma rápida atenção para garantir a segurança dos discentes e docentes ao mesmo tempo que não afecta o processo. Por outro lado, a dinâmica do ensino moderno obriga a introdução de meios tecnológicos de apoio aos docentes e discentes, o que obriga a existência de equipas multidisciplinares e dedicadas à manutenção do software e do hardware de laboratórios de informática destinados ao ensino.